ATA DA 44ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 27 DE JUNHO DE 2023.

PRESIDENTE: VEREADOR CARLOS MUNIZ
1º SECRETÁRIO: VEREADOR DUDA SANCHES (*ad hoc*)
2º SECRETÁRIO: VEREADOR ARNANDO LESSA (*ad hoc*)

Compareceram os senhores vereadores: ALBERTO BRAGA, ALEXANDRE ALELUIA, ANDERSON NINHO, ANDRÉ FRAGA, ARNANDO LESSA, ÁTILA DO CONGO, AUGUSTO VASCONCELOS, CARLOS MUNIZ, CAROLINO, CLÁUDIO TINOCO, CRIS CORREIA, DANIEL ALVES, DEBORA SANTANA, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, FÁBIO SOUZA, GEORGE REIS, HÉLIO FERREIRA, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JULIO SANTOS, KIKI BISPO, LAINA CRISÓSTOMO, LEANDRO GUERRILHA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELO MAIA, MARTA RODRIGUES, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, RICARDO ALMEIDA, SABÁ, SANDRO BAHIENSE, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA e TIAGO FERREIRA. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Projetos de Lei n.s 155/23 do vereador Átila do Congo e 156/23 do vereador André Fraga; Projetos de Indicação n.s 140/23 do vereador Marcelo Maia e 141/23 do vereador Átila do Congo; e Requerimento de Utilidade Pública n. 47/23 do vereador Alfredo Mangueira. Terminada a leitura do Expediente, o senhor presidente consultou os líderes sobre a possibilidade de inversão da pauta para que se pudesse apreciar de imediato a Ordem do Dia. As lideranças concordaram, havendo a líder da Oposição, vereadora Laina Crisóstomo, condicionado a inversão da pauta à apreciação de

todas as Emendas da Oposição aos Projetos do Executivo. O senhor presidente garantiu que todas as Emendas seriam discutidas e apreciadas. Pela ordem, o vereador Luiz Carlos Suíca sugeriu a suspensão da Sessão para que essas Emendas fossem apreciadas. O senhor presidente respondeu que não suspenderia a Sessão e informou que, primeiramente, seriam votados os Projetos de Resolução, os Projetos de Indicação, os Requerimentos e as Moções, após o quê, seriam apreciados os três Projetos do Executivo na Ordem do Dia. Adentrando-se a **Ordem do Dia**, foram discutidas, votadas e aprovadas, até a Redação Final, as seguintes Proposições: Projetos de Resolução n.s 43/23, 45/23, 46/23, 47/23, 48/23, 49/23 e 53/23; e Projetos de Indicação n.s 1.660/19, 477/21, 546/21 (com os votos contrários dos vereadores Alexandre Aleluia e Isnard Araújo), 605/21, 16/22, 23/22, 27/22, 41/22, 45/22, 46/22, 63/22, 68/22, 93/22, 96/22, 97/22, 98/22, 99/22, 110/22, 127/22, 128/22, 129/22, 130/22, 152/22, 167/22 (com os votos contrários dos vereadores Alberto Braga, Alexandre Aleluia, Anderson Ninho, Isnard Araújo, Júlio Santos e Ricardo Almeida), 179/22, 199/22, 223/22, 225/22, 226/22, 227/22, 229/22, 230/22, 231/22, 232/22, 233/22, 234/22, 235/22, 236/22, 237/22, 238/22, 239/22, 241/22, 2/23, 5/23, 8/23, 12/23, 13/23, 15/23, 16/23, 17/23, 18/23, 19/23, 20/23, 21/23, 25/23, 26/23, 27/23, 32/23, 34/23, 39/23, 42/23, 46/23, 51/23, 58/23, 61/23, 74/23, 79/23, 98/23, 99/23, 100/23 e 105/23. Foram ainda discutidas, votadas e aprovadas as seguintes Proposições: Moções n.s 134/23, 135/23, 136/23, 137/23, 138/23, 139/23, 140/23, 141/23, 142/23, 144/23, 145/23, 146/23, 147/23, 149/23, 151/23, 152/23, 154/23, 155/23, 156/23, 157/23, 158/23, 159/23, 160/23, 161/23 e 162/23; e Requerimentos n.s 190/23, 191/23, 192/23, 194/23, 195/23, 196/23, 197/23, 198/23 e 199/23. Pela ordem, o vereador Marcelo Maia solicitou a retirada da Moção n. 143/23. Pela ordem, o vereador Kiki Bispo requereu que as Emendas aos Projetos do Executivo fossem apreciadas e votadas pelo Plenário. Em comunicação inadiável, o vereador Isnard Araújo comemorou a aprovação da Moção n. 149/23, que celebrava os 46 anos da Igreja Universal do Reino de Deus, cujo trabalho enalteceu. Pela ordem,

a vereadora Marta Rodrigues reiterou a importância de se discutirem as Emendas. O senhor presidente informou que as lideranças e demais vereadores teriam três minutos para discutir cada Emenda. Na sequência, passou-se à apreciação do Projeto de Lei n. 130/23, sobre a instalação de infraestrutura de suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação (ETR). O vereador Paulo Magalhães Júnior, presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), informou que o Parecer seria votado em Plenário através de acordo entre as bancadas, pois a reunião conjunta da CCJ e das Comissões de Finanças e Orçamento e de Planejamento Urbano e Meio Ambiente não havia sido conclusiva. Em discussão, a vereadora Marta Rodrigues comentou sobre as Emendas ao Projeto, afirmando que ele carecia de estudos de impacto. Explicou que as Emendas visavam melhorias na internet para toda a população de Salvador, e não, apenas, para as áreas nobres. Informou que uma Emenda condicionava a instalação de antenas à autorização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SEDUR). O senhor presidente afirmou que a Emenda que tratava da autorização da SEDUR seria acolhida. O vereador Joceval Rodrigues solicitou maiores estudos sobre o Projeto para aprimorá-lo. Destacou que os moradores da Periferia não poderiam ficar sem acesso à rede 5G. O vereador Augusto Vasconcelos afirmou que não era contra o avanço tecnológico e que, inclusive, era a favor de se democratizar a tecnologia 5G. Ressalvou que o Projeto deveria observar a Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo (LOUOS), o que fora objeto de Emenda sua. Expôs a necessidade de a Agência Nacional de Telecomuinicações (Anatel) homologar os equipamentos instalados. Mencionou Emenda sua contra a instalação de antenas em áreas de uso comum, como praças e praias, e criticou a pressa do Executivo para aprovar o Projeto. O vereador Átila do Congo afirmou que a qualidade do serviço de internet deveria ser igual na Periferia e nas áreas nobres. Cobrou maiores estudos técnicos sobre a influência da instalação das antenas para a saúde das pessoas. A vereadora Laina Crisóstomo sublinhou que não era contra a tecnologia, desde que ela fosse inclusiva. Criticou a ausência de informações e

de transparência no Projeto. Afirmou que as Emendas visavam à transparência e à responsabilidade fiscal. Discorreu sobre a importância de se pensar o progresso atrelado à ancestralidade, ao meio ambiente e à saúde. Pela ordem, o vereador Átila do Congo afirmou que alguns vereadores governistas também estavam preocupados com a aprovação do Projeto. Finda a discussão, subiu à Tribuna o vereador Paulo Magalhães Júnior, para Parecer conjunto pela CCJ e pelas Comissões de Finanças e Orçamento e de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, o qual foi favorável ao Projeto e a duas das Emendas apresentadas. Colhidos os votos nas Comissões, o Parecer foi aprovado, o mesmo se dando em Plenário. Após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 130/23 foi aprovado, com suas Emendas, até a Redação Final, havendo abstenção do vereador Edvaldo Brito. Em seguida, passou-se à apreciação do Projeto de Lei n. 149/23, de reajuste para cargo técnico do Executivo. O vereador Paulo Magalhães Júnior subiu à Tribuna para Parecer conjunto pela CCJ e pela Comissão de Finanças, o qual foi favorável ao Projeto e a uma Emenda apresentada. Colhidos os votos nas Comissões, o Parecer foi aprovado, o mesmo se dando em Plenário. Após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 149/23 foi aprovado, com sua Emenda, até a Redação Final. Pela ordem, o vereador Daniel Alves agradeceu à vereadora Marta Rodrigues sobre o curso Lei de Diretrizes Orçamentárias, oferecido pela Escola do Legislativo, e agradeceu ao senhor presidente pela gestão da CMS. A Sessão foi prorrogada por três horas. Na sequência, passou-se à apreciação do Projeto de Lei n. 125/23, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) referente ao Exercício financeiro de 2024. Em discussão, a vereadora Marta Rodrigues expôs a importância da LDO ao estabelecer parâmetros e limites para a Lei Orçamentária Anual (LOA). Avaliou que o Projeto da LDO apresentado pelo Executivo estava dentro da previsão macroeconômica feita pelo Governo Federal. Informou que a receita de impostos, taxas e contribuições de melhoria tivera um acréscimo de 8%, e disse que, por isso, a Oposição não aceitaria aumento abusivo de tarifas. Apresentou a previsão de 56 milhões em renúncia fiscal pelo não-pagamento do ISS do transporte

público e alertou os vereadores Hélio Ferreira e Tiago Ferreira sobre esse dado. Expôs que o Tribunal de Contas dos Municípios (TCU) sempre aprovava as Contas com ressalvas porque a previsão era muito mais alta do que o aplicado. Pediu respeito à Lei da Responsabilidade Fiscal. Destacou que o Governo do Estado entregara os valores de todas as emendas impositivas para todos os vereadores, independente de serem de Oposição ou não, e exortou a Prefeitura a fazer o mesmo. O senhor presidente associou-se à vereadora Marta Rodrigues em relação ao pagamento das emendas da Prefeitura. O vereador Augusto Vasconcelos parabenizou o vereador Daniel Alves pela postura de diálogo na construção da LDO. Comentou sobre suas duas Emendas, relativas à regularização fundiária para a moradia popular e à construção de encostas. Pela ordem, o vereador Anderson Ninho parabenizou o vereador Augusto Vasconcelos por citar o programa *Morar Melhor*, criado pelo ex-prefeito ACM Neto. O vereador Sílvio Humberto associou-se ao vereador Augusto Vasconcelos e parabenizou o vereador Daniel Alves. Considerou haver uma relação de imaturidade entre o Executivo com o Legislativo em Salvador. Comentou sobre sua Emenda relativa à saúde da família negra. A vereadora Laina Crisóstomo contou sobre sua luta pelas emendas impositivas. Cobrou mais transparência e responsabilidade fiscal, e aplicação integral dos recursos previstos na LDO nos programas sociais. Expôs dados do Transparência Salvador e questionou sobre a total utilização dos recursos empenhados na Educação de Jovens e Adultos no ano anterior. Após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 125/23 foi aprovado até a Redação Final. Foi promulgada a Resolução n. 3.214/23. **Nas Representações Partidárias,** o vereador Tiago Ferreira reiterou a importância de as emendas impositivas serem pagas independente da posição política do vereador. Parabenizou o deputado estadual Robson Almeida pela Proposição para que o Aeroporto Internacional de Salvador voltasse a se chamar Aeroporto Dois de Julho. Verificada falta de *quorum*, a Sessão foi suspensa por quinze minutos. Não se restabelecendo o *quorum*, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão,

deixando a próxima a ser oportunamente marcada, segundo os parâmetros regimentais. REGISTROS: Registros do vereador Daniel Alves.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO